

**MODELOS E ASPECTOS CONCEITUAIS DO TURISMO ACESSÍVEL***Leticia Lima<sup>1</sup>*

**Resumo:** Este estudo tem como objetivo mapear e discutir os principais conceitos do turismo acessível e a sua evolução, contribuindo para a construção e aprimoramento do arcabouço teórico da área. A compreensão dos modelos e conceitos de turismo acessível e a sua dinâmica complexa pode orientar o desenvolvimento de uma acessibilidade mais pragmática dos destinos turísticos, levando em consideração legislações e as necessidades de cada grupo de pessoas e turistas que sentem limitações ao realizarem viagens. Modelos turísticos oferecem contextos teóricos e práticos que ajudam a analisar, planejar e implementar políticas no setor, considerando fatores econômicos, sociais, culturais e ambientais. O procedimento teórico-metodológico adotado foi estruturado a partir de três pilares: revisão sistemática de literatura, notas registradas sobre turismo e acessibilidade em eventos nacionais e internacionais, diálogos interativos e reflexões (em construção) fruto da convivência com pessoas com deficiência. O estudo dos aspectos conceituais contribui para o avanço das pesquisas na área e permite que estudiosos desenvolvam novas teorias, metodologias e práticas que ampliem o entendimento sobre o turismo acessível além de identificar lacunas no setor. Os modelos de turismo acessível (TA) discutidos oferecem uma oportunidade de articulação entre os pesquisadores nessa área de pesquisa e debates voltados para uma acessibilidade pragmáticas visando a melhoria da experiência de todas as pessoas.

**Palavras-chave:** teoria, modelos, turismo acessível, conceitualização, evolução.

**MODELS AND CONCEPTUAL ASPECTS OF ACCESSIBLE TOURISM**

**Abstract:** This study aims to map and discuss the key concepts of accessible tourism and its evolution, thus contributing to the construction and enhancement of the theoretical framework in this field. Understanding the models and concepts of accessible tourism, along with its complex dynamics, can guide the development of more pragmatic accessibility in tourist destinations, taking into account legislation and the needs of different groups of people and tourists who face limitations when traveling. Tourism models offer theoretical and practical contexts that help analyze, plan, and implement policies in the sector, considering economic, social, cultural, and environmental factors. The theoretical-methodological approach adopted was structured around three pillars: a systematic literature review, notes on tourism and accessibility registered at national and international events, and interactive dialogues and reflections (in progress) based on interactions with people with disabilities. The study of conceptual aspects contributes to advancing research in the field by enabling scholars to develop new theories, methodologies, and practices that broaden the understanding of accessible tourism while identifying gaps in the sector. The accessible tourism (AT) models discussed provide an opportunity for collaboration among researchers in this area of study and discussions aimed at pragmatic accessibility seeking to improve the experience for all individuals.

**Keywords:** theory, models, accessible tourism, conceptualization, evolution.

**Introdução**

O turismo acessível é um campo em expansão que busca garantir que todas as pessoas, independentemente de suas habilidades físicas, sensoriais ou cognitivas, possam participar de experiências turísticas de forma plena e independente. Esse conceito envolve uma série de

---

<sup>1</sup> Professora titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. Colaboradora no Mestrado Profissional em turismo no Instituto Federal de Sergipe. Pós-doutora em acessibilidade pela Universidad Las Palmas de Gran Canaria (ULPGC), Espanha.

modelos e aspectos conceituais que visam entender e superar as barreiras que os turistas com deficiência enfrentam.

Os modelos variam desde abordagens centradas nas barreiras dos turistas com deficiências e nas suas experiências que tratam da adaptação de infraestrutura e serviços, até perspectivas mais amplas que consideram as necessidades individuais, experiências subjetivas e o direito universal ao turismo. Além disso, o turismo acessível está intrinsecamente ligado a questões de direitos humanos, inclusão social e desenho universal, exigindo uma colaboração entre diferentes setores, incluindo governos, empresas e a sociedade civil. Compreender esses modelos e aspectos conceituais é essencial para desenvolver políticas públicas e práticas que promovam um turismo verdadeiramente inclusivo e equitativo para todos.

A respeito dos conceitos no campo do TA, uma quantidade significativa de investigação estão centradas nas principais barreiras encontradas por turistas com deficiência: acesso físico, barreiras atitudinais e falta de informação. As dificuldades vivenciadas por turistas com deficiências, quando considerado no contexto do desenvolvimento de uma experiência turística abrangente, inclui, acima de tudo, a falta generalizada de informação e conhecimento sobre as suas reais necessidades.

Este estudo tem como objetivo discutir os principais conceitos do turismo acessível e a sua evolução, apurando um modelo teórico conceitual a ser compreendido como uma base para a área de pesquisa. A motivação para esta discussão surgiu no GT de Acessibilidade e Inclusão do XX Seminário da ANPTUR, o qual foi inserido no principal evento de pesquisa de turismo do Brasil após 20 anos de existência do Seminário.

Os reflexos desse contexto impactaram na fragilidade conceitual do turismo acessível no Brasil, e que apesar dos avanços práticos da temática é importante considerar os modelos que estão sendo concebidos pelos agentes públicos.

A evolução dos modelos de deficiência tem um papel fundamental na transformação das políticas de turismo acessível, refletindo uma mudança de paradigmas que impacta tanto a prática quanto na teoria nesse campo. Nesse contexto, observa-se uma transição que vai do enfoque médico da deficiência — que a vê predominantemente como uma limitação individual — para um modelo social que reconhece a importância do ambiente na formação da experiência das pessoas com deficiência. Essa mudança amplia a compreensão sobre as barreiras que todas as pessoas enfrentam, reconhecendo que muitos obstáculos são, na verdade, sociais e institucionais, em vez de meramente físicos. Assim, é evidente a necessidade de abordagens mais inclusivas que considerem as interações dinâmicas entre os todos os indivíduos e seus contextos.

Os modelos propostos oferecem uma base teórica para a formulação de políticas mais equitativas, e também indicam a importância de atender às necessidades práticas das pessoas com deficiência. Para promover um turismo verdadeiramente acessível, é essencial ir além da simples adaptação de infraestrutura, considerando as complexas barreiras que limitam a participação plena em atividades turísticas. A análise crítica dos modelos de deficiência e sua aplicação nas políticas de turismo acessível são, portanto, fundamentais para criar um ambiente mais acolhedor e acessível para todos.

Nesta linha de pensamento, entende-se que há uma lacuna a ser investigada no que tange os aspectos conceituais do turismo acessível no Brasil a partir do estado da arte do campo de pesquisa em questão. De acordo com Rodrigues e Valduga (2021), os estudos sobre o turismo acessível para pessoas com deficiência são ainda incipientes no Brasil. Essa lacuna é particularmente relevante, pois os contextos históricos e sociais das pessoas com deficiência apontam para as mudanças no tratamento e no papel dessas pessoas em cada época, permitindo, assim, o entendimento dos termos e conceitos que emergiram pelo posicionamento delas na sociedade ao longo do tempo (Lamas, 2023). Todavia, a abordagem desta discussão não pretende se apegar aos aspectos históricos, embora alguns deles sejam evidenciados com o objetivo de apenas demarcar quadros conceituais preliminares.

Para tal, o procedimento teórico-metodológico adotado foi estruturado a partir de três pilares: revisão sistemática de literatura, notas registradas sobre turismo e acessibilidade em eventos nacionais e internacionais, diálogos interativos e reflexões (em construção) fruto da convivência com pessoas com deficiência em espaços acadêmicos, científicos, de lazer, eventos e familiar.

O artigo conduz uma análise dos modelos de deficiência e do turismo acessível em ordem cronológica, explorando como cada modelo emergiu em resposta a diferentes contextos históricos e sociais. Esse enfoque permitiu a compreensão e a evolução dos conceitos de turismo acessível ao longo do tempo, desde o modelo médico, que predominou até meados do século XX e focava na deficiência como uma condição individual a ser tratada, até o modelo social, que desloca a atenção para as barreiras sociais e estruturais que limitam a participação das pessoas com deficiência.

Por fim, o artigo aborda os modelos mais recentes, que integra aspectos físicos, psicológicos e sociais para fornecer uma visão mais holística das experiências das pessoas com deficiência.

### **Turismo acessível aspectos conceituais**

O surgimento das teorias do Turismo Acessível (TA) está associado com dois processos temporais, provocados pelo advento das sociedades pós-modernas/pós-industriais. Por um lado, os valores democráticos e indenitários pós-modernos emergentes reformularam o entendimento da deficiência, colocando a “normalização” das pessoas com deficiência na agenda social. Por outro lado, na sequência da ascensão dos valores pós-modernos pós-materialistas das sociedades pós-industriais e da emergência do Estado, o turismo foi historicamente elitista para se tornar um objetivo e uma narrativa culturalmente legitimados para as classes trabalhadoras e médias (Oakes & Minca, 2008).

A última etapa desta “normalização cultural” do turismo será o seu reconhecimento como um direito universal. A Declaração de Manila em 1980, quando a Organização Mundial do Turismo reconheceu o turismo como um direito fundamental para o desenvolvimento humano e recomendou que o estado membro regulamenta o turismo e os serviços, reconhecendo a importância do acesso facilitado a todas as pessoas em todas as atividades de lazer os aspectos importantes do turismo acessível.

O direito ao acesso, às férias e à liberdade de viagens e turismo, como uma consequência natural do direito ao trabalho, é reconhecido como um aspecto da realização do ser humano pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como pela legislação de muitos países. Isto implica para a sociedade o dever de proporcionar aos seus cidadãos as melhores soluções práticas, eficazes e não acesso discriminatório a este tipo de atividade. Tal esforço deve estar em harmonia com as prioridades, instituições e tradições de cada indivíduo país (Declaração de Manila, 1980).

Desde então, essa questão tem sido discutida por pesquisadores acadêmicos de turismo e por profissionais da área. Smith (1987) foi um dos primeiros a examinar as barreiras e obstáculos que afetam os turistas com deficiência, categorizando-os como barreiras intrínsecas, que resultam principalmente dos níveis de conhecimento cognitivo, físico e psicológico do próprio turista. Essa linha de pesquisa foi ampliada, abrangendo barreiras econômicas, regras e regulamentos, atitudes de viagem, hospitalidade dos trabalhadores da indústria e questões de segurança (Murray & Esprots, 1990; Kauffman, 1995).

As barreiras intrínsecas referem-se às limitações pessoais e psicológicas que impedem as pessoas com deficiência de participarem de atividades turísticas. Essas barreiras podem incluir medo e ansiedade de enfrentar ambientes desconhecidos ou inacessíveis; autopercepção: baixa autoconfiança em suas habilidades para viajar ou participar de atividades turísticas; e o desconhecimento: falta de informação sobre destinos e serviços acessíveis.

Ao estudar as barreiras intrínsecas, os profissionais do turismo podem criar estratégias para melhorar a experiência dos turistas com deficiência. Isso inclui fornecer informações claras e acessíveis, treinar a equipe para lidar com diversas necessidades e criar ambientes acolhedores que reduzem a ansiedade e aumentam a confiança dos turistas com deficiência (Buhalis & Darcy, 2011; Poria et al, 2011).

Assim, as primeiras definições de TA referiam-se ao processo de remoção das barreiras que impedem as pessoas com deficiência de desfrutar plenamente de uma experiência turística (Buhalis & Darcy, 2011; UNWTO, 2016).

No âmbito legal, Burnett e Baker (2001) enfatizam que o Americans with Disabilities Act (ADA), decretado em 1990, foi o primeiro passo para a implementação de diretrizes para hotéis, agências de viagens, e outras empresas para tornar as instalações mais acessíveis às pessoas com deficiência, portanto considerando-os como consumidores reais.

O Americans with Disabilities Act (ADA) é uma lei federal dos Estados Unidos proibiu a discriminação contra as pessoas com deficiência em todas as áreas da vida pública, incluindo emprego, transporte, serviços públicos e privados. A lei tem como objetivo garantir que as pessoas com deficiência tenham os mesmos direitos e oportunidades que as todas as pessoas promovendo a acessibilidade e a inclusão em todos os aspectos da sociedade. O ADA representa um marco importante na luta pelos direitos civis, pois estabelece normas e diretrizes para a acessibilidade, exigindo que edifícios, transportes e serviços sejam adaptados para atender às necessidades das pessoas com deficiência.

Após 5 anos, o Disability Discrimination Act (DDA) foi promulgado no Reino Unido. O DDA foi uma legislação que visou proibir a discriminação contra as pessoas com deficiência em diversas áreas da vida, incluindo emprego, educação, transporte e serviços públicos.

Assim como o ADA na América do Norte, o DDA estabeleceu um marco legal na Europa para promover a igualdade de oportunidades, exigindo que empregadores e prestadores de serviços implementassem medidas que garantissem a acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, especialmente dos prestadores de serviços e da indústria do turismo (Shaw & Coles, 2004).

O avanço do DDA como aspecto legal foi a introdução do conceito de "desvantagem significativa", que ajudou a definir quando uma pessoa estava sendo discriminada devido à sua deficiência. Mais recentemente, o DDA passou por revisões e foi ampliado pelo Equality Act de 2010, que consolidou e expandiu as proteções legais para pessoas com deficiência, incluindo proibição da discriminação com base em características protegidas, que incluem: idade, gênero, raça, religião ou crença, orientação sexual ou estado civil.

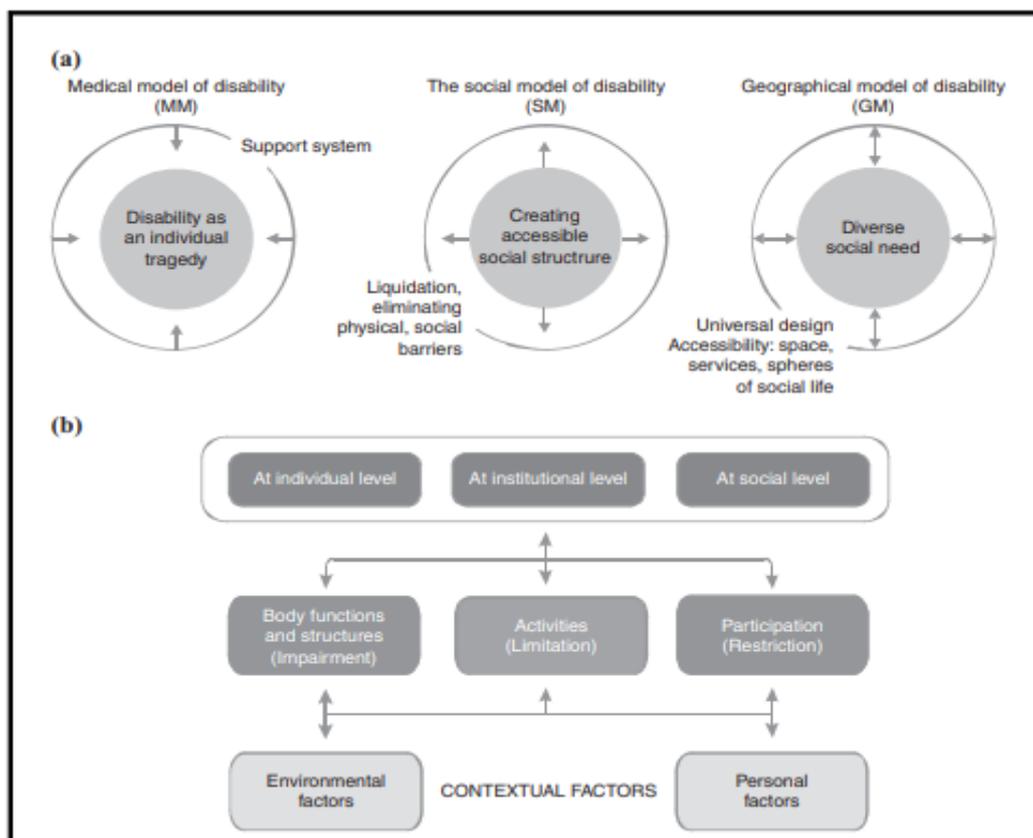
No Brasil, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, estabelece o conceito de acessibilidade e define diretrizes para a promoção de uma sociedade inclusiva. De acordo com o estatuto, acessibilidade é entendida como a garantia de condições de igualdade para que pessoas com deficiência possam exercer seus direitos e liberdades fundamentais, buscando eliminar barreiras arquitetônicas, urbanísticas, de transporte, de comunicação, e outras que restrinjam sua participação plena na vida social.

A legislação brasileira aborda a acessibilidade de forma ampla, incluindo o acesso a bens e serviços em áreas como educação, saúde, cultura, lazer e turismo. No turismo especificamente, a legislação exige que os estabelecimentos e serviços turísticos atendam aos requisitos de acessibilidade, promovendo adaptações físicas e estruturais que considerem as necessidades específicas dos visitantes com deficiência.

### **Modelos: da deficiência a uma perspectiva do Desenho Universal (DU)**

No âmbito dos modelos de deficiência, existem muitos modelos difundidos no campo acadêmico. No entanto, dois deles dominaram os estudos sobre deficiência: os modelos médico e social (Dominguez et al., 2003; Paar & Butler, 1999; Darcy & Buhalis, 2011).

Nessa perspectiva, o estudo de Zajadacz (2015) analisa a evolução dos modelos de deficiência (médico, social, geográfico e biopsicossocial) e como esses modelos têm influenciado mudanças nas políticas de turismo acessível. A pesquisa aborda a transição de um enfoque médico da deficiência para um modelo social e, mais recentemente, para modelos mais inclusivos que consideram as complexas interações entre o ambiente e a experiência das pessoas com deficiência (Figura 1).

**Figura 1** -Modelos de deficiência: médico, social, geográfico e biopsicossocial.

Fonte: Zajadacz (2015).

Segundo Zajadacz (2015), cada modelo de deficiência baseia-se em um paradigma diferente que determina também a ação ligada à acessibilidade aos espaços públicos, edifícios ou serviços turísticos para pessoas com deficiência. Nesse contexto, é importante ressaltar que modelos, paradigmas e conceitos de deficiência não são homogêneos, eles são construídos e alterados de acordo com país e sociedade (Vila et al., 2015).

Os modelos médicos da deficiência foram oriundos do sistema de classificação da OMS (1980) para deficiência, baseado na incapacidade do indivíduo e na restrição de atividade principal (anteriormente deficiência). Esse modelo de deficiência é caracterizado por duas perspectivas principais. A primeira vê a deficiência como um problema individual, uma tragédia pessoal. A segunda considera a deficiência como resultado de um corpo anormal, causado por alguma doença, enfermidade ou trauma (Oliver, 1990).

A perspectiva social define a deficiência como um produto do processo socialmente construído. As atitudes sociais hostis e predominantes que oprimem, excluem e marginalizam as pessoas com deficiência da participação social (Oliver, 1990, 1996). Nesse ponto de vista, a deficiência é uma abordagem teórica que redefine a deficiência como um problema criado pela sociedade, não pela condição médica do indivíduo. Em vez de focar nas limitações físicas ou

mentais da pessoa, este modelo enfatiza as barreiras sociais, econômicas, políticas e ambientais que excluem e discriminam pessoas com deficiência.

As barreiras incluem acessibilidade arquitetônica, preconceitos sociais, falta de políticas inclusivas e ausência de suporte adequado. O modelo social propõe que a sociedade deve se adaptar para remover essas barreiras, permitindo que todas as pessoas, independentemente de suas habilidades, possam participar plenamente em todas as esferas da vida. Esse paradigma promove uma visão de equidade e direitos humanos, incentivando a implementação de políticas públicas inclusivas e práticas de design universal que beneficiem toda a comunidade há um foco nos prestadores de serviços e na remoção de problemas sociais e ambientais pois as barreiras para permitir a plena participação social, física e de lazer.

Apesar da ênfase na dimensão social, estamos, portanto, na fronteira de duas perspectivas conceituais, que devem ser complementares e não excludentes. Nesse caso, a polaridade entre elas fomentou estudos que convergiram para dimensões multidisciplinares que envolveram profissionais diversos, incluindo muitos profissionais da arquitetura. Essa fusão de conhecimentos técnicos e as expectativas sociais de um grupo resultou na inclusão de adequações de muitos destinos turísticos (no que diz respeito aos aspectos físicos, informativos, online, atitudinais, etc.) de acordo com os princípios do Desenho Universal (DU) para permitir a sua utilização por todos os grupos populacionais, independentemente da sua idade, condição, capacidade ou deficiência (Buhalis & Darcy, 2011; Buhalis & Michopoulou, 2011; UNWTO, 2016).

De acordo com o Center for Universal Design (2009), o DU é o design de produtos e ambientes que podem ser usados por todas as pessoas, na maneira mais ampla possível, sem a necessidade de adaptação ou design especializado. A intenção do conceito de DU é simplificar a vida de todas as pessoas, tornando os produtos, as comunicações e o ambiente construído mais utilizáveis por mais pessoas com pouco ou nenhum custo adicional. O conceito de DU visa contemplar todas as pessoas, de todas as idades, tamanhos e habilidades. O DU é uma abordagem de design que reflete uma maneira de entender as necessidades de todas as pessoas. Não se trata de uma lista de soluções, medidas ou produtos específicos.

Nessa perspectiva, tem-se o modelo de TA de Michopoulou et al (2015), na figura 2. Neste modelo o DU é o elemento central no planejamento e nas decisões para a escolha de um destino da viagem, uma vez que as pessoas com deficiência deixam de viajar por falta de informações confiáveis, aspectos econômicos e experiências anteriores ruins.

Um dos aspectos do modelo aborda a dimensão de acesso da pessoa com deficiência, pois elas geralmente planejam seu ambiente cotidiano, em sua rotina e gerenciam as dificuldades e as

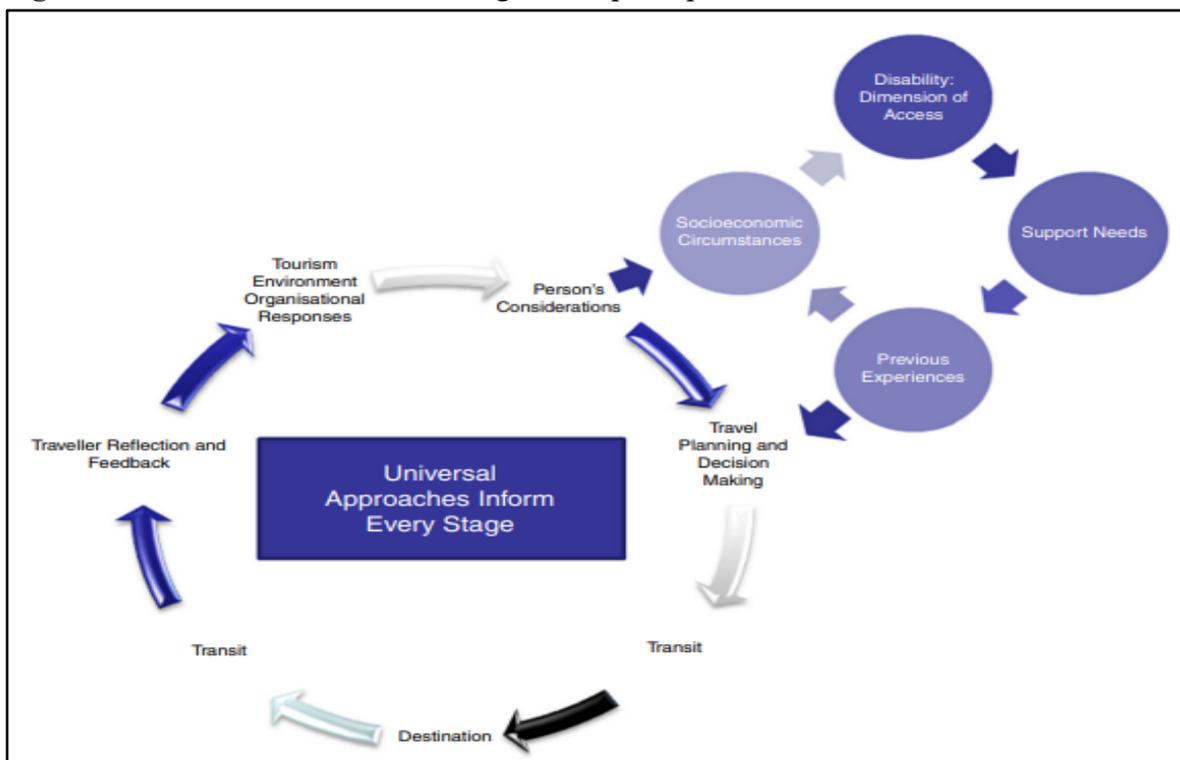
limitações existentes em seu espaço. Entretanto, a escolha de novos ambientes durante uma viagem, em que não se tem conhecimento prévio, sobre as possíveis barreiras a serem enfrentadas e a maneira de superá-las, por exemplo que tipo de suporte ou adaptação podem necessitar, muitas vezes incide na decisão de não realizarem a viagem.

A abordagem holística do modelo enfatiza que princípios de DU devem estar presentes em todos os estágios da viagem para garantir que os serviços e destinos turísticos sejam acessíveis a todos, melhorando assim a sustentabilidade social e a inclusão no setor.

A contribuição de Michopoulou et al (2011) está na abordagem estratégica e cíclica para o desenvolvimento do turismo acessível que envolve a colaboração de todas as partes interessadas, desde os formuladores de políticas públicas até os prestadores de serviços, para atender com eficácia às diversas necessidades dos turistas com deficiência. Esse modelo busca criar um ambiente de turismo mais inclusivo e equitativo, permitindo que as pessoas com deficiência participem ativamente das viagens.

Os estudos de Michopoulou et al. (2015) enfatizam que o DU pode proporcionar um futuro turístico mais acessível que aumente a competitividade dos destinos turísticos e organizações.

**Figura 2** - Modelo de TA com abordagem nos princípios do Desenho Universal

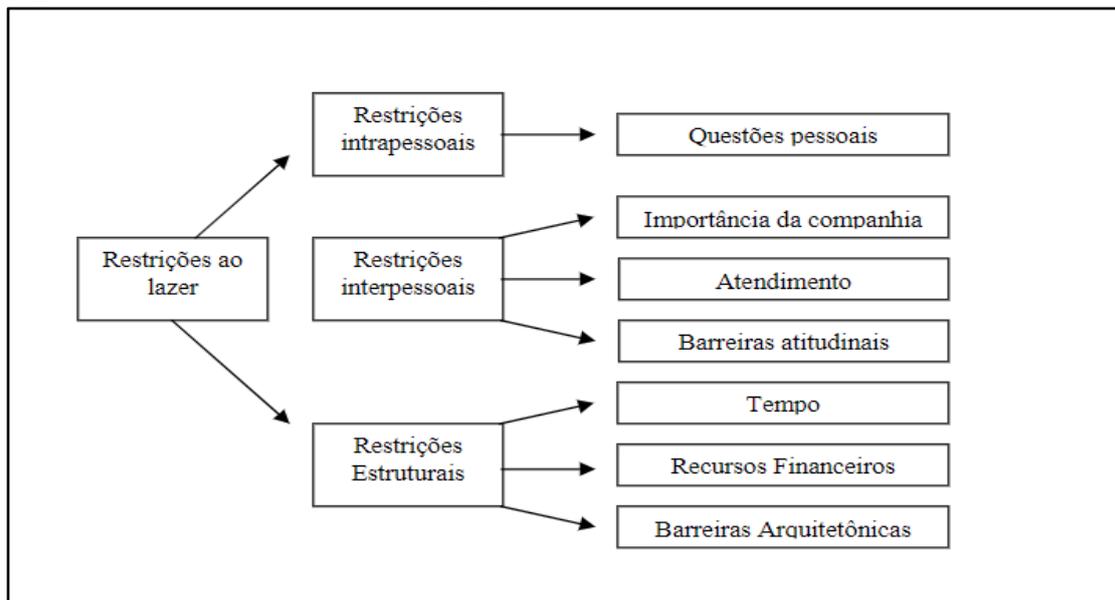


Fonte: Buhalis and Darcy (2011).

Pessoas com deficiência incluem aquelas que apresentam problemas físicos, mentais, deficiência intelectual ou sensorial. Outros que possam ser incluídos neste grupo, devido a problemas no acesso a produtos e serviços turísticos, são pessoas com necessidades temporárias pessoas com deficiência, pessoas que usam muletas, idosos, pessoas que transportam bagagens, crianças pequenas ou pessoas que são grandes ou pequenas em tamanho ou estatura (OMT, 2005). Além disso, os estudos de Darcy & Dickson (2009) mostram que 30% da população necessitará de acessibilidade em algum momento, e que a maioria das pessoas terá uma deficiência ao longo da vida. Essa abordagem inclui, além do envelhecimento da população, pais com filhos que utilizam carrinhos de bebê, ressaltando a importância de planejar acessibilidade para um público diversificado.

Segundo Buhalis & Darcy (2010), o TA é uma forma de turismo que envolve processos colaborativos entre as partes interessadas que permitem que as pessoas tenham acesso requisitos, incluindo mobilidade, visão, audição e dimensões cognitivas de acesso, funções de acesso, para funcionar de forma independente e com equidade e dignidade através a entrega de produtos, serviços e ambientes universalmente projetados. Essa definição adota uma abordagem para toda a vida, onde as pessoas, ao longo de sua vida, se beneficiam da oferta de produtos e serviços do turismo acessível. Estes incluem pessoas com deficiência permanente com mobilidade reduzida temporária, idosos, obesos, famílias com crianças pequenas, mulheres grávidas, pessoas alérgicas e com intolerância alimentar, diabéticas, com nanismo, entre outras necessidades específicas.

Na literatura brasileira, verifica-se como modelo de TA, os estudos de Faria e Mota (2012). O modelo baseado nas restrições de lazer identificou os fatores que mais limitam o consumo de serviços de lazer turístico para pessoas com deficiência visual. Os resultados apontam sete fatores de restrição ao consumo de serviços: tempo, recursos financeiros, questões pessoais, importância da companhia, barreiras atitudinais, barreiras arquitetônicas e atendimento (Figura 3).

**Figura 3** - Modelo baseado em restrições do lazer

Fonte: Faria e Mota (2012) adaptado de Crawford e Godbey (1987) e Crawford Jackson e Godbey (1991).

Os achados de Faria e Mota (2012), foram embasados no modelo de restrição ao lazer de Crawford, Jackson & Godbey (1991). E divide os fatores de restrições em 3 dimensões: intrapessoais (questões pessoais), interpessoais (importância da companhia, barreiras atitudinais e atendimento) e estruturais (tempo, recursos financeiros e barreiras arquitetônicas).

Embora esse modelo seja baseado apenas nas restrições das pessoas com deficiência visual, ele pode ser utilizado como base para a aplicação de desdobramento de outros modelos restritivos de outros de tipos de deficiência, considerando que os fatores de restrições encontradas não se restringem apenas às pessoas com deficiência visual.

No que concerne ao aspecto do estado da arte, é interessante destacar um aspecto conceitual que não foi tratado na pesquisa de Faria e Mota (2012). A diferença entre restrições e limitações são sutis, entretanto são conceitos amplamente discutidos, especialmente no contexto de acessibilidade para turistas com deficiência (Darcy & Dickson, 2009; Yau et al. 2004; Poria et al, 2009; Daniels et al, 2005).

As restrições referem-se às barreiras externas, impostas pelo ambiente ou pelas condições de um destino, que dificultam ou impedem a participação plena de pessoas com deficiência em atividades turísticas, por exemplo falta de rampas de acesso, transporte inadequado, ou a ausência de informações acessíveis. Por outro lado, limitações dizem respeito às barreiras internas ou características individuais que afetam a capacidade de uma pessoa de participar de uma experiência turística, como dificuldades de mobilidade, necessidades médicas específicas ou limitações sensoriais. Enquanto as restrições são, em grande parte,

fatores que podem ser minimizados por políticas públicas e adaptações de infraestrutura, já as limitações exigem uma abordagem personalizada e sensível às necessidades individuais para garantir uma experiência de viagem inclusiva.

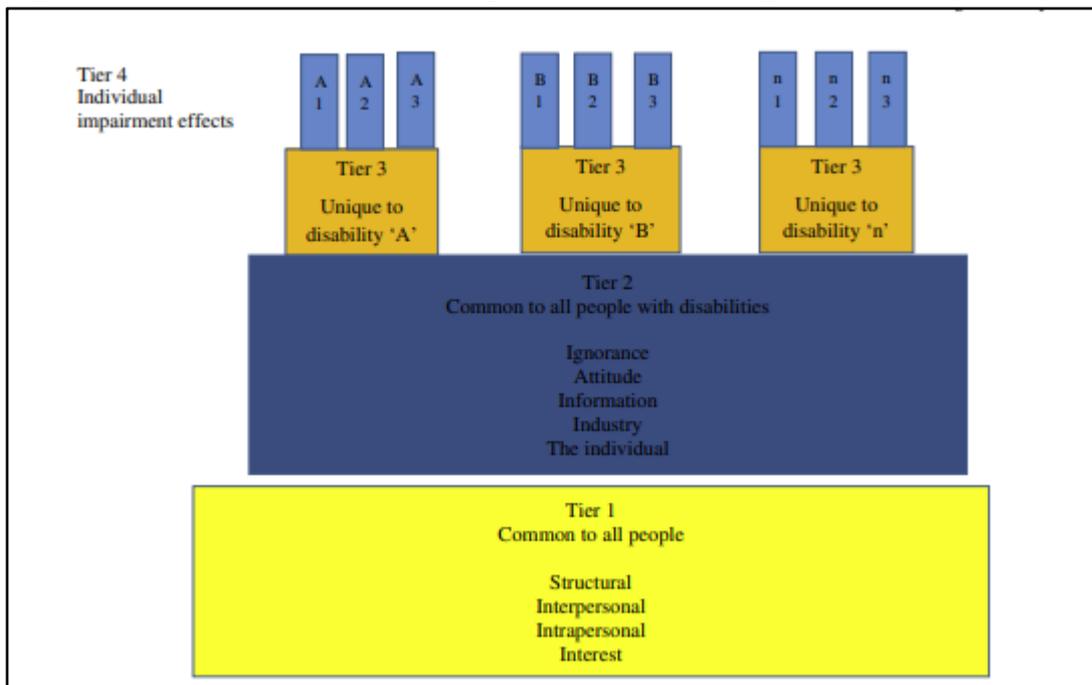
McGuire, Dottavio e O'Leary (1986) observaram que o impacto de qualquer restrição depende de como as pessoas reagem a ela. Em alguns casos, a mesma restrição pode impedir a participação; em outros casos, pode limitar a muitas atividades; e em outros casos ainda, pode não ser um problema. A diferença principal entre um fator impeditivo e um fator limitante é que um pode impedir a viagem por completo ou excluir a possibilidade de visitar certos lugares, enquanto o outro pode afetar a frequência, o tipo de atividades realizadas ou a satisfação do turista com deficiência (Small, Darcy, & Packer, 2012; UNWTO, 2016).

Cada um desses fatores pode ou não ser superado, seja por meio da escolha de estratégias, seja por meio de dedicação pessoal para possibilitar a participação (Daniels et al, 2005; Mactavish et al. 2007; Yau et al, 2004). Além disso, uma pessoa que pode ter baixa capacidade em uma área (por exemplo, mobilidade) pode ter uma capacidade excepcionalmente alta em outra, por exemplo, inteligência ou visão (Buhalis et al., 2005).

A relevância da pesquisa de Faria de Mota (2012) para o TA está em elaborar um modelo a partir de pesquisas que tiveram as pessoas com deficiência visual como informantes-chaves. Felizmente, muitos pesquisadores da área têm-se apoiado em metodologias nas quais as pessoas e turistas com deficiência estão como protagonistas em todas as etapas da investigação. Apesar dos desafios para o pesquisador na preparação, flexibilidade e comunicação ética centrada na pessoa com deficiência, compreende-se que modelos de TA só podem trazer resultados consistentes para o turismo com a participação das pessoas e turistas com deficiências como protagonistas.

Ampliando os tipos de deficiências e as necessidades específicas de cada deficiência, mesmo sem nomeá-las, o modelo de McKercher e Darcy (2018) apresenta quatro níveis de barreiras, sendo dividido basicamente em 4 (quatro) partes (Figura 4). O primeiro nível aborda questões enfrentadas por todos os turistas, o segundo nível identificando restrições que são comuns a todas as pessoas com deficiência, independentemente da deficiência, e os dois últimos níveis concentram-se exclusivamente em tipos individuais de deficiências e os efeitos associados das suas respectivas limitações.

Em geral, as barreiras encontradas nos níveis inferiores terão que ser resolvidas antes que as barreiras dos níveis superiores possam ser abordadas. No entanto, no turismo, o envolvimento é multifacetado e contínuo, e, portanto, questões em um nível podem afetar barreiras em outro.

**Figura 4** - Modelo baseado na hierarquia das barreiras das pessoas com deficiência

Fonte: McKercher e Darcy (2018).

A contribuição do modelo de McKercher e Darcy (2018) está na compreensão de que as barreiras estruturais, interpessoais, intrapessoais e interesses, demonstradas no nível 1 do modelo, não são inerentes apenas às pessoas com deficiência, mas também a todas as pessoas. Nesta perspectiva, há uma quebra de paradigmas em relação aos modelos anteriores. Enquanto os modelos de Buhalis and Darcy (2011) de Faria e Mota (2012) concentram-se em uma abordagem das dimensões da deficiência, o modelo de McKercher e Darcy (2018) coloca na base do modelo as barreiras enfrentadas por todas as pessoas que desejam viajar.

De acordo com os autores, muitas pessoas com deficiência ocupam níveis mais baixos de emprego, o que acarreta em uma limitação financeira a qual impacta negativamente em realizar viagens, até porque muitas pessoas com deficiência necessitam viajar acompanhadas, o que torna as viagens mais caras e menos atraentes. Entretanto, verifica-se que a incapacidade financeira na realização de viagens é aplicável a qualquer pessoa que viva abaixo da linha da pobreza (Organização Mundial da Saúde e Banco Mundial, 2011). Portanto, as restrições financeiras e econômicas são inerentes a todas as pessoas.

Da mesma forma, as atitudes e a percepção da capacidade de viajar surgem como aspectos intrapessoais particularmente relevantes, especialmente em relação ao direito percebido que cada indivíduo tem para viajar, uma vez que estudos identificam razões pelas quais alguns idosos e mulheres recentemente casadas na Ásia não sentem que têm o direito de viajarem sozinhas (Lee & Tideswell, 2005).

A abordagem em quatro níveis contribui também para novas concepções sobre o TA, introduzindo influências de pesquisas sobre a deficiência e as limitações individuais que cada pessoa tem em realizar uma viagem e também enfatiza a necessidade de uma compreensão mais profunda da experiência vivida da natureza heterogênea dos tipos de deficiência e das necessidades de suporte em um ambiente turístico mais interativo.

### **Considerações finais**

A adoção dos princípios do UD amplia os mercados-alvo dos destinos, além de garantir a possibilidade de proporcionar experiências mais agradáveis a todas as pessoas que estão em deslocamento bem como a comunidade local do destino. Portanto o DU, pode colaborar com o aumento da demanda, reduzir a sazonalidade e apoiar a competitividade dos destinos.

O modelo de McKercher e Darcy (2018), em especial às relativas ao quarto nível, deverá impactar pesquisas que contemplem outros grupos de pessoas que são desafiadas a viajar sozinhas ou acompanhadas, a exemplo dos turistas neurodiversos, com doenças raras, ostomizados e outras inúmeras condições que devem ser consideradas pela área de pesquisa.

A discussão sobre acessibilidade no turismo é relativamente recente, e explorar suas diferentes dimensões – como os desafios, evolução e limitações – contribui para a consolidação dos conceitos dentro dos estudos de turismo. Ao abordar essas questões, amplia-se a compreensão sobre a importância de incluir grupos com necessidades especiais, promovendo um turismo mais inclusivo e equitativo. Além disso, esse debate favorece o desenvolvimento de novos modelos teóricos, que podem ser validados em diferentes contextos econômicos, sociais, culturais e ambientais, contribuindo para a formulação de políticas públicas mais eficazes e a adaptação de atrativos turísticos que atendam a uma sociedade diversificada.

Compreendeu-se com este aprofundamento, que os modelos teóricos que consideram a complexidade das limitações nas experiências vividas pelas pessoas com deficiências desde o planejamento da viagem até o consumo final são essenciais para que as políticas e práticas do setor turístico sejam verdadeiramente inclusivas e eficazes. Ao garantir o espaço das pessoas com deficiência no processo de desenvolvimento dos modelos, é possível verificar as lacunas existentes e fomentar um ambiente mais acolhedor e seguro, onde todos possam desfrutar plenamente das experiências turísticas. Dessa forma, a construção de um turismo inclusivo e acessível não é apenas uma questão de conformidade legal, mas um compromisso com a equidade e a dignidade de todas as pessoas.

Os modelos de turismo acessível (TA) discutidos buscaram ainda, fomentar uma articulação entre os pesquisadores dessa área de pesquisa do Brasil, promovendo um diálogo mais amplo, e interdisciplinar. Reunir diferentes perspectivas teóricas contribuem para uma compreensão das reais necessidades e desafios enfrentados pelos turistas com deficiência, além de incentivar parcerias e debates voltados para uma acessibilidade pragmáticas visando a melhoria da experiência de todas as pessoas.

### Referências bibliográficas

- BRASIL (2015). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 6 jul. 2015. Recuperado de [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 10 jun. 2016.
- BUHALIS, D.; DARCY, S. (2010). *Accessible Tourism: Issues of Accessibility and Theoretical Perspectives*. Bristol, Blue Ridge Summit: Channel View Publications.
- \_\_\_\_\_. (2011). *Accessible tourism: Concepts and issues*. In D. Buhalis & S. Darcy (Eds.), *Accessible tourism: The business of the future* (pp. 1-10). Channel View Publications.
- BUHALIS, D., EICHHORN, V., MICHPOULOU, E., MILLER, G. (2005). *Accessibility market and stakeholder analysis: One-stop-shop for accessible tourism in Europe (OSSATE)*. Recuperado de [http://www.accessibletourism.org/resources/ossate\\_market\\_analysis\\_public\\_final.pdf](http://www.accessibletourism.org/resources/ossate_market_analysis_public_final.pdf) Acesso em: 02 de abr. 2015.
- BURNETT, J. J. ; BAKER, H. B. (2001). *Assessing the travel-related behaviours of the mobility disabled consumer*. *Journal of Travel Research*, 40, 4-11.
- CONGRESSO DOS EUA. (1990). *Americans with Disabilities Act of 1990*. Lei Pública 101-336. Recuperado de <https://www.congress.gov/bill/101st-congress/house-bill/2270> Acesso em: 13 maio 2018.
- CLAWSON, M. AND KNETSCH, J.L. (1966), *The Economics of Outdoor Recreation*, Johns Hopkins Press, Baltimore, MD.
- DANIELS, M. J., RODGERS, E. B. D., WIGGINS, B. P. (2005). "Travel Tales": An Interpretive Analysis of Constraints and Negotiations to Pleasure Travel as Experienced by Persons with Physical Disabilities. *Tourism Management*, 26 (6), 919-930.
- DOMINGUEZ, C., LÓPEZ, M., CASTRO, A. (2003). The medical and social models of disability: A critical review. *Journal of Disability Policy Studies*, 13(1), 15-26. Recuperado de <https://doi.org/10.1177/104420730301300103> Acesso em: 05 set. 2018.
- FARIA, M. D. DE, MOTTA, P. C. (2012). *Pessoas com Deficiência Visual: barreiras para o lazer turístico*. *Revista Turismo Em Análise*, 23 (3), 691-717.
- KAUFMAN, C. F. (1995). *Shop 'til you drop: Tales from a physically challenged shopper*. *Journal of Consumer Marketing*, 12(3), 16. Recuperado de <http://www.emerald-library.com/brev/07712cc1.htm>. Acesso em: 13 jan. 2018.
- PORIA, Y., REICHEL, A., BRANDT, Y. (2011). *The flight experiences of people with disabilities: An exploratory study*. *Journal of Travel Research*, 49(2), 216-227.
- LAMAS, S. *As Mudanças no Contexto Histórico-social das Pessoas com Deficiência: do global ao nacional*. *Revista Turismo em Análise*, São Paulo, Brasil, v. 34, p. 148–164, 2024. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/217101>. Acesso em: 29 mai. 2024
- LEE, S. H.; TIDESWELL, C. (2005). *Understanding attitudes towards leisure travel and the constraints faced by senior Koreans*. *Journal of Vacation Marketing*, v.11 (3).
- MCKERCHER, B. AND DARCY, S. (2018), "Re-conceptualizing barriers to travel by people with disabilities", *Tourism management perspectives*, Vol. 26, pp.59–66.
- MACTAVISH, J. B., MACKAY, K. J., IWASAKI, Y., BETTERIDGE, D. (2007). *Family Caregivers*

- of Individuals with Intellectual Disability: Perspectives on Life Quality and the Role of Vacations. *Journal of Leisure Research*, 39(1), pp. 127–155.
- MCGUIRE, F. A.; DOTTA VIO, D; O'LEARY, J. T. Constraints to Participation in Outdoor Recreation Across the Life Span: A Nationwide Study of Limitors and Prohibitors, *The Gerontologist*, Volume 26, Issue 5, October 1986, pp. 538–544,
- MICHOPOULOU, E., DARCY, S., AMBROSE, I. and Buhalis, D. (2015), "Accessible tourism futures: the world we dream to live in and the opportunities we hope to have", *Journal of Tourism Futures*, Vol. 1 No. 3, pp. 179-188. Recuperado de <https://doi.org/10.1108/JTF-08-2015-0043> Acesso em: 12 mar. 2018.
- MURRAY, M.; SPROATS, J. (1990). The disabled traveller: Tourism and disability in Australia. *Journal of Tourism Studies*, 1(1), 9-14.
- OAKES, T.; MINCA, C. (2008). Tourism, modernity, and postmodernity. In Lew, A. A., HALL, C. M.; WILLIAMS, A. M. (Eds.). *A companion to tourism*. John Wiley & Sons, p. 280.
- PAAR, M., BUTLER, R. (1999). Models of disability in the context of social inclusion. *Disability & Society*, 14(2), 259-270. Recuperado de <https://doi.org/10.1080/09687599926009> Acesso em: 10 jun. 2019.
- REINO UNIDO (1995). Disability Discrimination Act 1995. London: HMSO. Recuperado de <https://www.legislation.gov.uk/ukpga/1995/50/contents> Acesso em: 12 jun. 2018
- \_\_\_\_\_ (2010). *Equality Act 2010*. Londres: The Stationery Office. Recuperado de <https://www.legislation.gov.uk/ukpga/2010/15/contents/enacted> Acesso em: 02 mar. 2019.
- RODRIGUES, I. M., VALDUGA, V. Turismo acessível para pessoas com deficiências: a produção científica dos periódicos de turismo do Brasil. *Revista Turismo em Análise*, São Paulo, Brasil, v. 32, n. 1, p. 59–78, 2021. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v32i1p59-78. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/180245> Acesso em: 9 ago. 2024.
- SANTOS, S. R. Revisitando conceitos sobre políticas públicas e gestão do turismo em cidades. *Revista de Turismo Contemporâneo –RTC*, Natal, v. 4, n.2, p.286-306, jul./dez. 2016.
- SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.
- SHAW, G.; COLES, T. (2004). Disability, holiday making and the tourism industry in the UK: A preliminary survey. *Tourism Management*, 25(3), 397-403.
- SMALL, J. AND DARCY, S. (2011), "Understanding tourist experience through embodiment: the contribution of critical tourism and disability studies", in Buhalis, D. and Darcy, S. (Eds), *Accessible Tourism: Concepts and Issues*, Chapter 5, Channel View Publications, Bristol, pp. 72-96
- SHIMOSAKAI, R. (2013). Accessibility in Leisure and Tourism: The Reflection of an Inclusive Society. In: COHEN, Regina (org). *Inclusive Tourism : International Perspectives, Accessibility and Inclusion in Brazilian Tourism*. September, 2013 Vol-8 No-9 Design For All Institute of India.
- UNWTO (2016). Manual on accessible tourism for all: Principles, tools and best practices module I: Accessible tourism – definition and context. Recuperado de <https://www.e-unwto.org/doi/epdf/10.18111/9789284418077?role=tab> Acesso em: 27 mar.
- \_\_\_\_\_ (1980). Manila Declaration on world Tourism. Philippines, August 1980. Recuperado de <https://www.e-nwto.org/doi/pdf/10.18111/unwtodeclarations.1980.6.4.1>. Acesso em 12 jun. 2015.
- VILA, C., SILVA, J., & ALMEIDA, R. (2015). Models, paradigms, and concepts of disability: A comparative analysis across countries and societies. *Journal of Disability Studies*, 10(3), 123-135.
- YAU, M. K., MCKERCHER, B., PACKER, T. L. (2004). *Traveling with a disability: More than an Access Issue*. *Annals of Tourism Research*, 31(4), pp. 946-960.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE e BANCO MUNDIAL (2011). World report on disability. Recuperado de [World Report on Disability 2011](https://www.who.int/publications/m/item/world-report-on-disability-2011) Acesso em: 15 nov. 2020.
- ZAJADACZ, A. (2015). Evolution of models of disability as a basis for further policy changes in accessible tourism. *Journal of Tourism Futures*, 1(3), 189-202.